



Nota Técnica das Medidas Provisórias (MPs) 756/2016 e 758/2016

Desproteção das Unidades de Conservação no Sudoeste do Pará

Maio de 2017

Em dezembro de 2016, o governo federal aprovou duas Medidas Provisórias (MPs) que reduzem a proteção de quatro unidades de conservação (UCs), colocando sob ameaça quase 1,2 milhão de hectares de áreas protegidas no sudoeste do Pará, o que equivale à metade do território de Sergipe. A desproteção ocorre pela mudança de categoria das Unidades de Conservação que são transformadas em “Áreas de Proteção Ambiental” (APA), uma categoria que pode permitir a venda de terras, mineração, agropecuária e o desmatamento no estilo ‘corte-raso’.

A Medida Provisória 756/2016 alterou os limites do Parque Nacional (Parna) do Rio Novo e da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e criou a Área de Proteção Ambiental (APA) Jamanxim, no município de Novo Progresso, no sudoeste do Pará. A APA foi criada a partir de 305 mil hectares retirados da Flona do Jamanxim. Outra parte retirada da Flona foi integrada ao Parna do Rio Novo, que seria ampliado em 438,7 mil hectares.

Entretanto a nova redação da MP 756/2016, fixada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) n° 4 de 2017, aprovada por uma Comissão Mista no Congresso, cancela a ampliação do Parque Nacional do Rio Novo e reduz a Flona do Jamanxim ainda mais que o previsto originalmente: 486 mil hectares dela, ao invés de 305 mil hectares, são transformados na APA Jamanxim. Além disso, ocorre a recategorização de outra unidade, que não estava no texto original da MP, a Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo, em duas novas UCs: a APA Vale do XV, com 178.386 hectares, e o Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, com 162.306 hectares. Além das UCs no Pará, o PLV n° 4/2017 incorpora ainda uma emenda que reduz o Parque Nacional São Joaquim, em Santa Catarina, em 10 mil hectares. A UC passa a se chamar Parque Nacional da Serra Catarinense. O efeito final do PLV n° 4/2017 é reduzir 664 mil hectares de UCs na área de influência da Rodovia BR-163 (*veja abaixo as alterações previstas*

pelo PLV nº 4).

O que muda com a MP 756/2016

Unidades de Conservação	Antes da MP	Texto do governo	Texto do Congresso
Flona do Jamanxim (PA)	Área total de 1,3 milhão de hectares	Retira 305 mil hectares para criação de APA (23,5% da área original)	Retira 486 mil hectares para criação de APA (37% da área original)
Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo (PA)	Área total de 342.478 hectares	Não altera	Retira 178 mil hectares para criação de APA (mais de 50% da área atual)
Parque Nacional São Joaquim (SC)	Área total de 49.800 hectares	Não altera	Retira 10,4 mil hectares (mais de 20% da área atual)

Total desprotegido = 674 mil hectares.

*Informações obtidas a partir do ICMBio, da proposta do governo e do relatório do deputado José Priante (PMDB-PA).



O texto original da segunda MP, a 758/2016, ampliava o Parna do Jamanxim em 51 mil hectares, que antes pertenciam à APA do Tapajós, e excluía 862 hectares do parque destinados ao leito e faixas de domínio da ferrovia EF 170, conhecida como “Ferrogrão”, e da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Com essa redação, o Parna do Jamanxim passaria de 859 mil para 910 mil hectares.

Entretanto, a nova redação da MP 758, fixada pelo PLV nº 5 de 2017, também aprovada em Comissão Mista do Congresso, cancela a ampliação de 51 mil hectares e reduz a área original do Parna Jamanxim em 345 mil hectares – de 859 mil hectares, ele passa a ter 515 mil hectares. Desse 345 mil hectares reduzidos, 265 mil hectares são retirados para criar as APAs Rio Branco e do Carapuça e 71 mil hectares são incorporados à Flona do Trairão. Essa nova redação também reduz outra unidade que não estava citada no texto original da MP 758, a Flona Itaituba II, em 169 mil hectares para criar a APA do Trairão.

O efeito final do PLV nº 5/2017, em relação ao texto original da MP 758/2016, é reduzir 565 mil hectares de UCs na área de influência da Rodovia BR-163. O Parque Nacional do Jamanxim foi a UC de proteção integral que sofreu a maior desproteção, reduzida em 396 mil hectares (cancelamento da ampliação de 51 mil hectares e redução de 345 mil hectares). O efeito combinado dos PLVs 4 e 5/2017 é desproteger 1.19 milhão de hectares de UCs de domínio público na área de influência da Rodovia BR-163.

O que muda com a MP 758/2016

Unidade de Conservação	Antes da MP	Texto do governo	Texto do Congresso
Parque Nacional do Jamanxim (PA)	859,7 mil hectares	Ganha 50 mil hectares	Perde 344 mil hectares. Desse total, 273 mil podem se tornar áreas privadas em APAs. Outros 71 mil vão para Flona do Trairão, em área pública.
Floresta Nacional Itaituba II (PA)	412 mil hectares	Não altera	Retira 169 mil hectares para criação da Área de Proteção Ambiental do Trairão.

*Informações obtidas a partir do ICMBio, da proposta do governo e do relatório do deputado José Reinaldo (PSB/MA).

Desproteção de Unidades de Conservação (UCs)

Com relação à recategorização das áreas de Parna e Flona para APAs, cabe destacar que as primeiras eram áreas protegidas públicas, com terras não passíveis de comercialização e que permitiam apenas as atividades econômicas de turismo (Parna) e exploração seletiva de madeira, via plano de manejo (Flona). Agora convertidas em APA, essas terras podem ser privatizadas, regularizadas, vendidas, desmatadas (por “corte raso”) e abrigar atividades de mineração ou outras atividades econômicas, assim como em qualquer outra área privada (exceto os 71 mil hectares transferidos do Parna Jamanxim para a Flona Trairão, que continuam terras públicas). Conforme nota conjunta assinada pelos ministros Sarney Filho (Meio Ambiente) e Blairo Maggi (Agricultura) em 14/02/2017, quem tem terras numa APA está sujeito “às mesmas obrigações que os demais produtores brasileiros”; nesse tipo de UC, “tampouco há quaisquer

restrições para o comércio de produtos agropecuários oriundos de propriedades”.

Caso ambos os PLVs sejam aprovados, teremos uma redução total de 1,18 milhão de hectares em Unidades de Conservação, sendo 536 mil hectares que pertenciam a UCs de proteção integral (PI), grupo de categorias de conservação cujo objetivo é prioritariamente preservar a biodiversidade, elemento imprescindível na estratégia de conservação de habitats e mitigação das mudanças climáticas (*veja as alterações propostas na Tabela 1*).

Tabela 1 - Alterações propostas pelos PLVs n° 4 e 5/2017

Unidades de Conservação	Ano de Criação	Área (antes)	Área (depois)	Diferença	Totais
Parque Nacional da São Joaquim (Serra Catarinense)*	1961	49.800	39.405	-10.395	
Parque Nacional do Jamanxim	2006	859.722	514.000	-345.722	- 536.289
Parque Nacional Nacentes da Serra do Cachimbo	-		162.306	162.306	hectares
Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo	2006	342.478	0	-342.478	
Floresta Nacional de Itaituba II	1998	412.047	242.912	-169.135	
Floresta Nacional do Jamanxim	2006	1.301.120	814.682	-486.438	
Floresta Nacional do Trairão	2006	257.482	328.612	71.130	
Área de Proteção Ambiental do Carapuça	-		164.492	164.492	
Área de Proteção Ambiental do Jamanxim	-		486.438	486.438	
Área de Proteção Ambiental Rio Branco	-		101.270	101.270	
Área de Proteção Ambiental Trairão	-		169.135	169.135	515.278
Área de Proteção Ambiental Vale do XV	-		178.386	178.386	hectares

Várias das UCs da região foram criadas em 2006, no âmbito do Projeto BR-163 Sustentável, iniciativa com objetivo de reduzir os impactos socioambientais provocados pelo asfaltamento da rodovia. Segundo nota do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) contra o PLV n°4/2017, essa é uma das regiões de maior avanço do desmatamento em toda a Amazônia, concentrando as maiores taxas de desmatamento ilegal em UCs federais: 68,48% de todo o desmatamento ilegal nesse tipo de área na Amazônia. As UCs barram o avanço desse desmatamento. O município de Novo Progresso (PA), onde estão total ou parcialmente algumas dessas unidades, está no topo da lista do desmatamento, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A Flona Jamanxim foi a UC federal mais desmatada do país em 2014-2015, tendo perdido 9,2 mil hectares de floresta, quase metade de todo o desmatamento em UCs federais (<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2272>) .

Além do desmatamento, a região já é conhecida pelo garimpo, invasão e grilagem de terras públicas. As alterações previstas nas MPs servem para regularizar essas atividades e posses ilegais dentro dessas UCs. Esse cenário de crime foi comprovado por diversas operações da

Polícia Federal realizadas na região, entre 2008 e 2016 – operações Boi Pirata, Castanheira, Rios Voadores, entre outras. Em junho de 2016, foi assassinado o sargento João Pereira, da Polícia Militar de Itaituba, que acompanhava a equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) em uma operação de combate ao desmatamento ilegal na Flona Jamanxim.

Na identificação de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, a Flona do Jamanxim é classificada como de muito alta importância biológica. Essas UCs protegem diversas espécies ameaçadas, entre elas: Onça-pintada, Ariranha, Coatá-da-testa-branca.

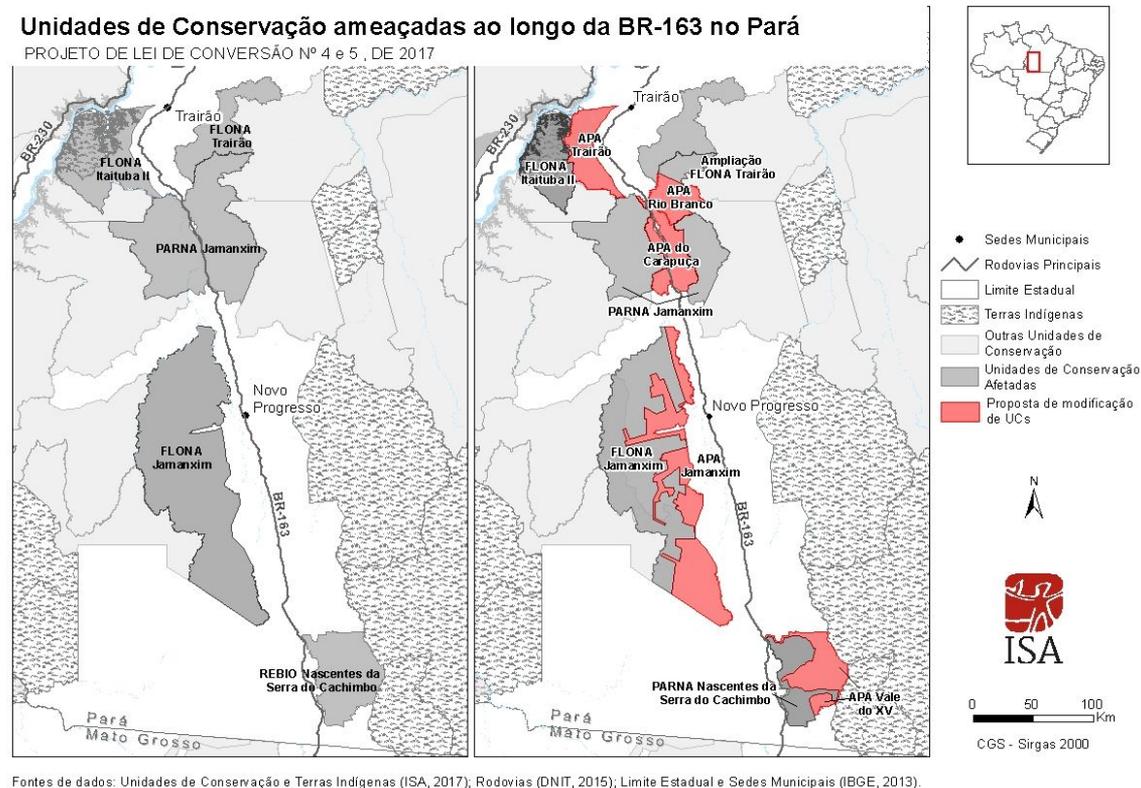
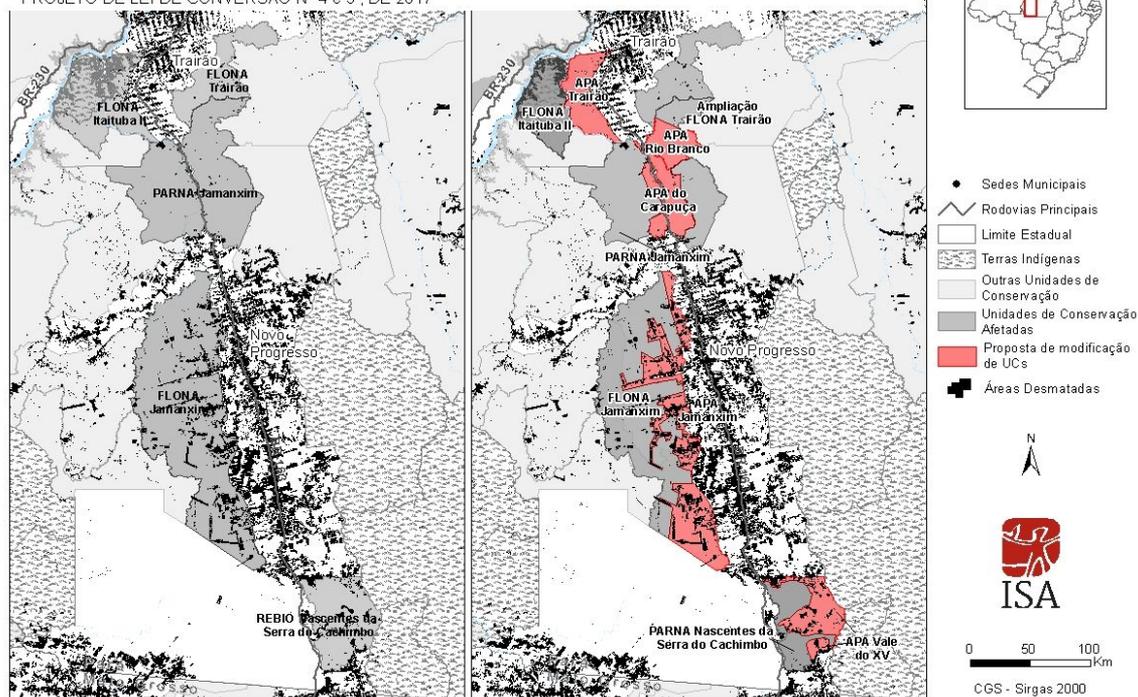


Figura 1 – Alterações propostas nos projetos de lei de conversão nº4 e 5 de 2017.

Unidades de Conservação ameaçadas ao longo da BR-163 no Pará

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4 e 5, DE 2017



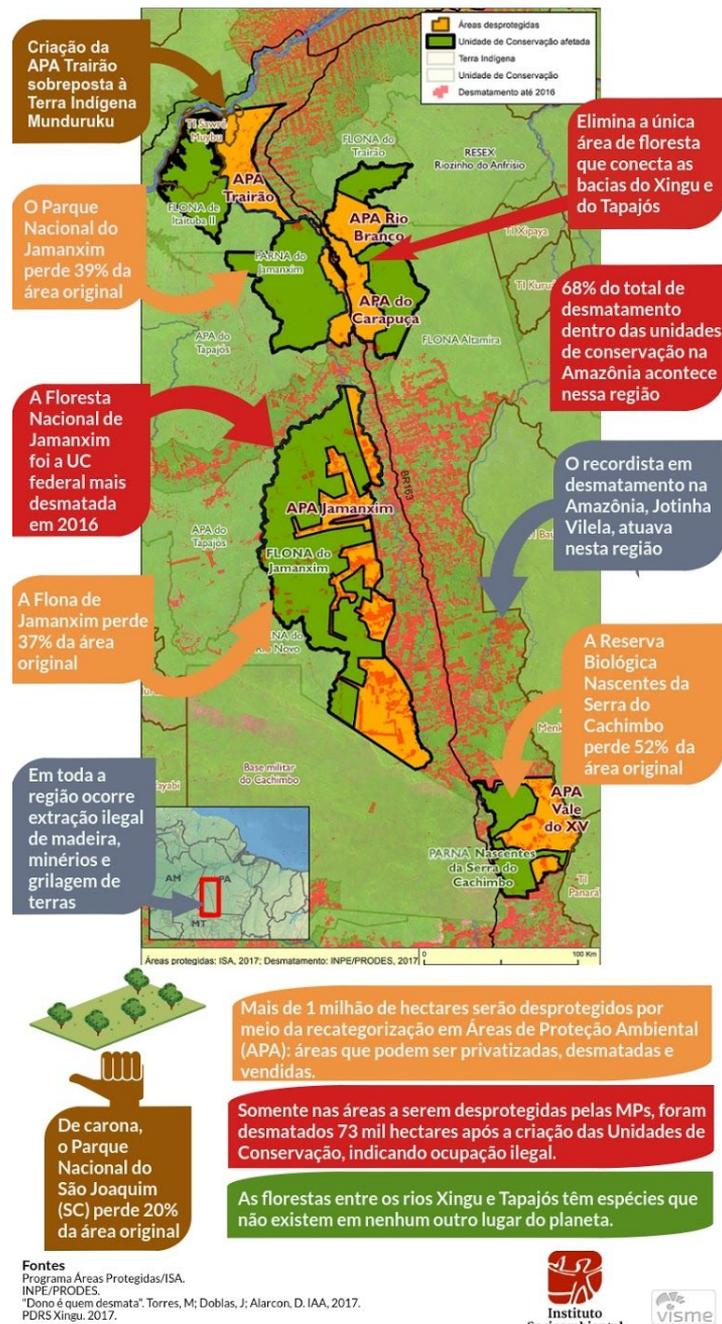
Is: Unidades de Conservação e Terras Indígenas (ISA, 2017); Rodovias (DNIT, 2015); Desmatamento (INPE, 2016) Limite Estadual e Sedes Municipais (IBGE, 2013).

Figura 2 – Alterações propostas nos projetos de lei de conversão nº 4 e 5 de 2017 e desmatamento.

Entre essas UCs, apenas três possuem conselho gestor e somente a Flona Jamanxim e a Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo possuem plano de manejo. O conselho gestor e o plano de manejo são instrumentos fundamentais para a efetiva implantação de uma UC.

O fim da Amazônia começa no Pará?

Cenário de aprovação das MPs 758 e 756



1. MEDIDA PROVISÓRIA 758/2016

O PLV nº 5/2017 propõe alterar o Parna do Jamanxim e da Flona de Itaituba II. A proposta é que parte do Parna do Jamanxim seja transformada na APAs Rio Branco e do Carapuça e na Flona do Trairão; e também transformar parte da Floresta Nacional de Itaituba II na APA Trairão.

Além de, na prática, desproteger essas áreas convertidas, permitindo propriedades privadas onde antes o domínio era público, o projeto cria um conflito ao possibilitar a existência de propriedades privadas na área de sobreposição entre a APA Trairão e a Terra Indígena Sawré Muybu, do povo Munduruku (veja as alterações propostas na Figura a seguir).

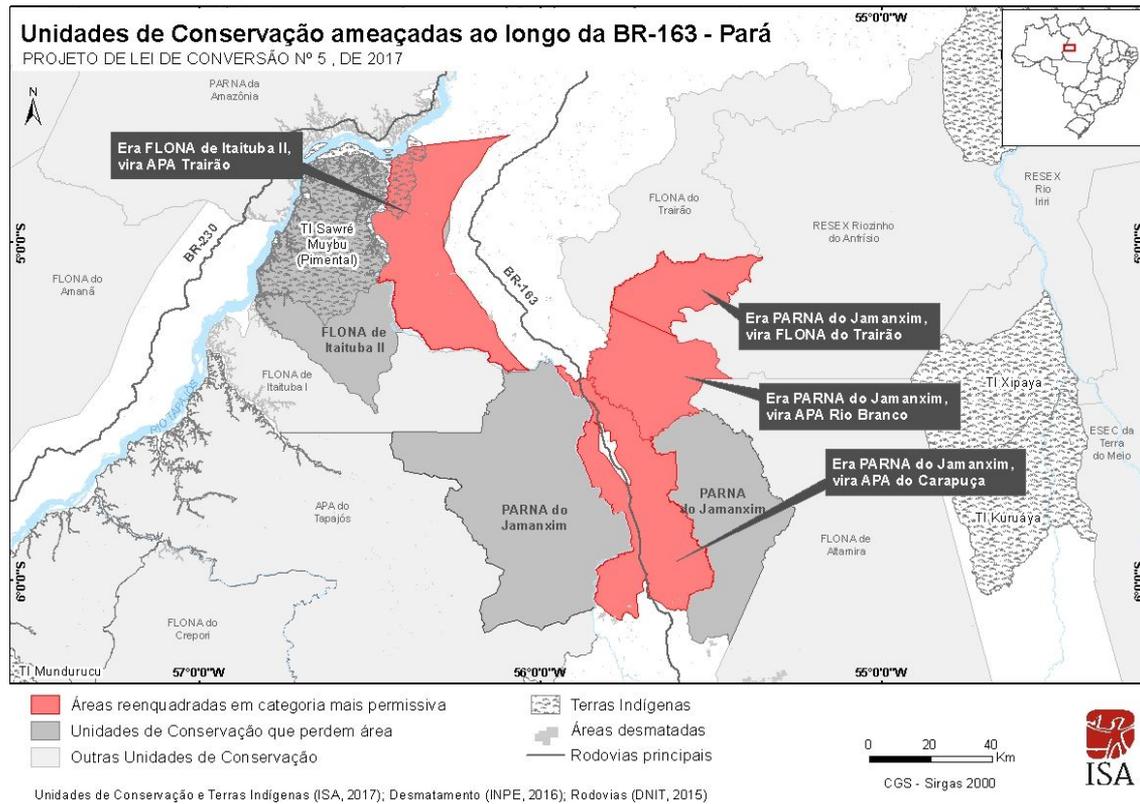


Figura 3 – Alterações propostas no PLV nº 5 de 2017.

O Parna do Jamaxim foi criado em 2006, com 859 mil hectares. Em 2016, passou para 910 mil hectares pela MP 758. Agora, a proposta é que o Parque fique com cerca de 515 mil hectares. Abaixo seguem as alterações sofridas e propostas para o PARNA do Jamaxim.

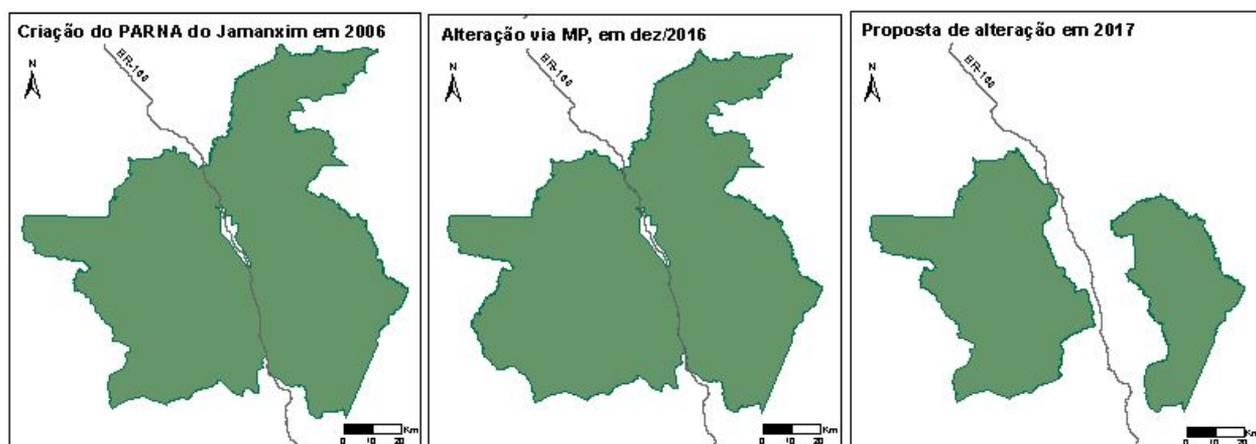


Figura 4 – Alterações sofridas e propostas para o PARNA do Jamanxim em 2006, 2016 e 2017.

Empreendimentos e Cadastros Ambientais Rurais (CARs) nas Unidades de Conservação com proposta de recategorização

Parna do Jamanxim e Flona de Itaituba II

1.a - Registros no CAR

A análise dos dados disponíveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR) mostra que existem 52 cadastros nessas UCs com proposta de alteração: quatro registros sobre APA Rio Branco, 30 na APA Carapuça, sendo que dois deles também incidem sobre o Parna Jamanxim. Ainda, três incidem sobre a APA Trairão e 15 incidem exclusivamente sobre o Parna Jamanxim. A área média desses imóveis é de cerca de 1.155 hectares, sendo que o menor imóvel tem 56 hectares, e o maior, 4.364 hectares (*o mapa abaixo mostra os registros cadastrados no CAR*).

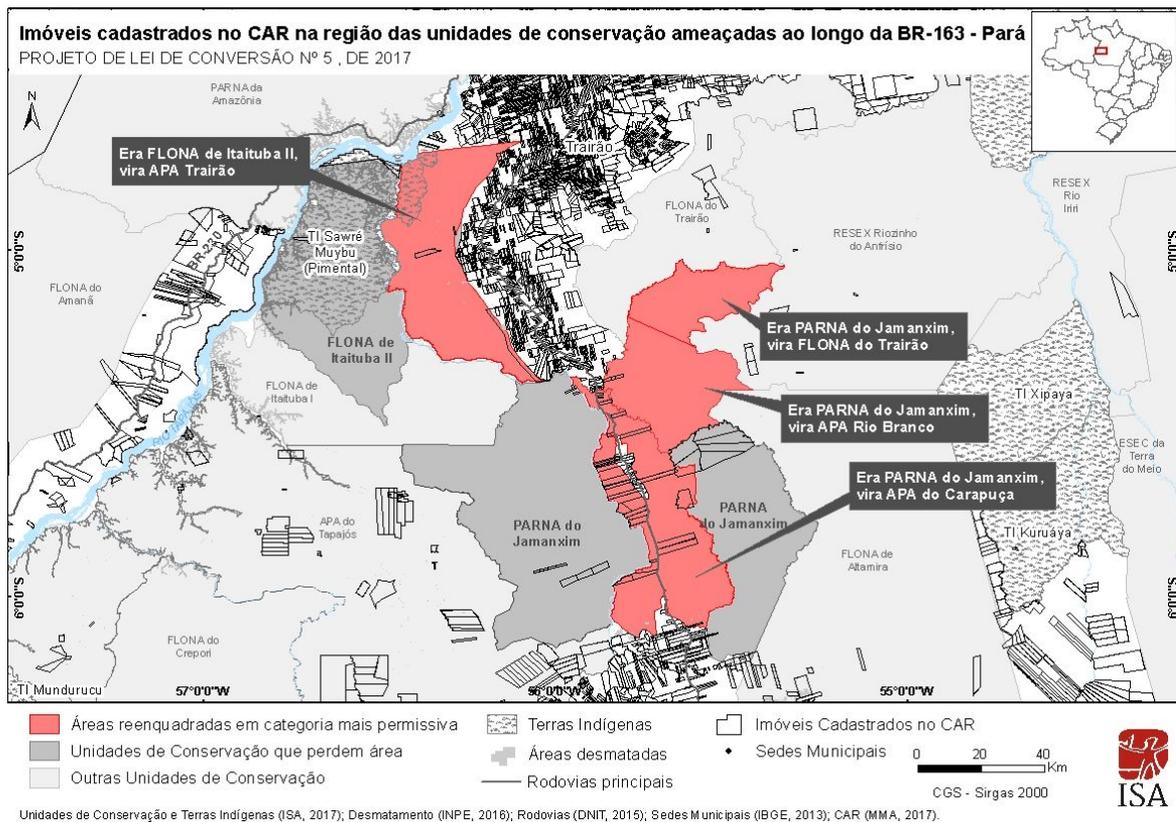


Figura 5 – Registros cadastrados no CAR na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº5 de 2017.

1.b - Processos Minerários

Quanto aos processos minerários, há a incidência de 356. Dois desses incidem sobre a APA Rio Branco, sendo que um deles também incide sobre a APA Carapuça. Ainda, 18 incidem sobre a APA Trairão, 178 sobre o Parna Jamanxim, sendo que destes um incide também sobre a APA

Carapuça. Sobre a Flona Itaituba II, há incidência de 158 processos, sendo que nove destes incidem também sobre a APA Trairão (veja Figura 5).

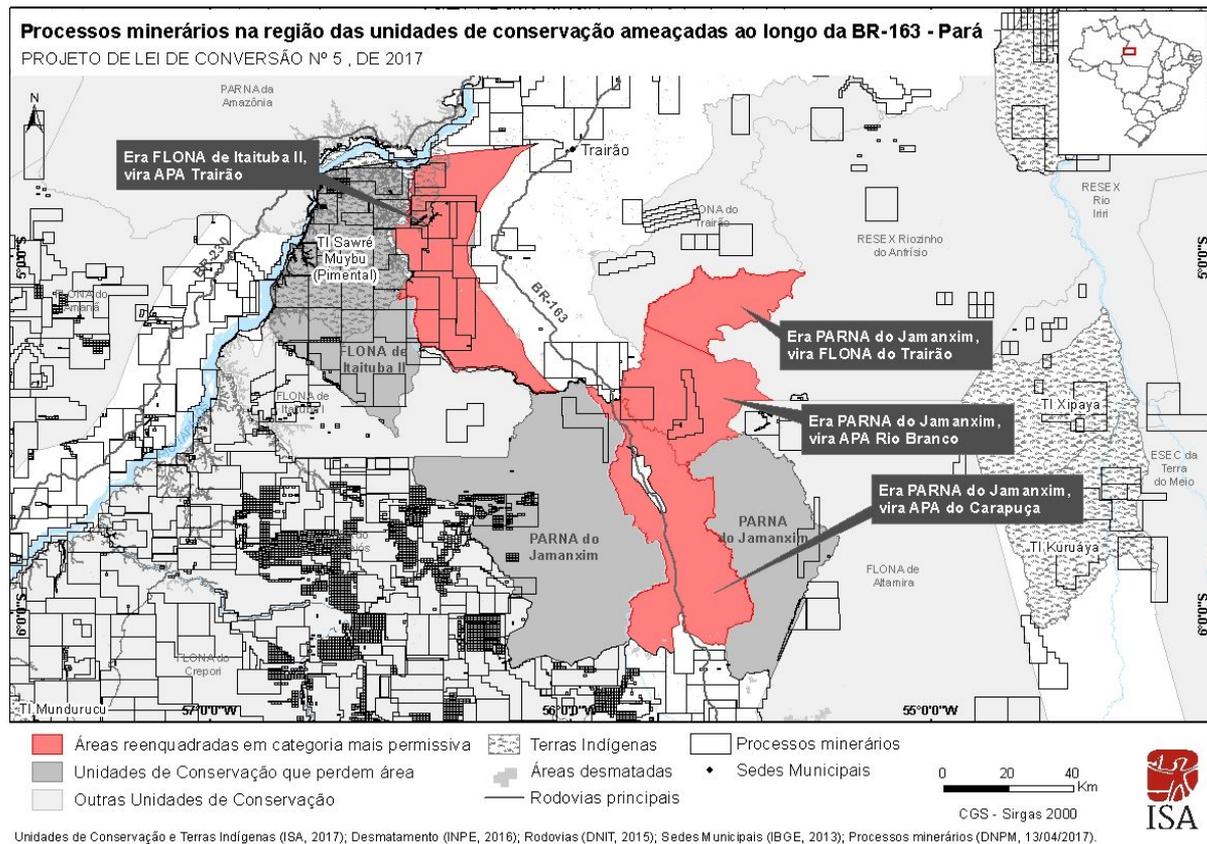


Figura 6 – Processos minerários na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº5 de 2017.

1.c - Empreendimentos Hidrelétricos

O Rio Jamanxim, no entorno das UCs com proposta de alteração, apresenta quatro empreendimentos hidrelétricos previstos: as hidrelétricas Jamanxim, Jardim de Ouro, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Cai (veja figura abaixo).

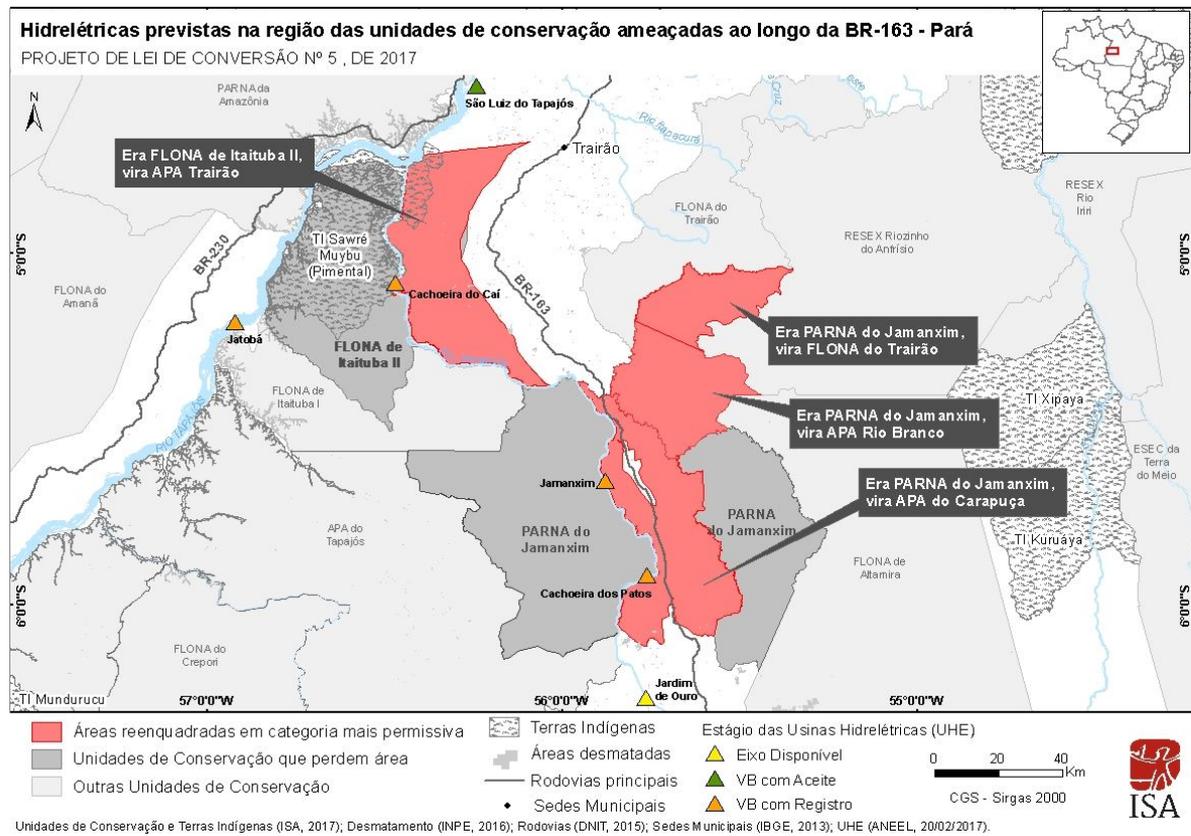


Figura 7 – Empreendimentos hidrelétricos previstos na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº5 de 2017.

1.d - Desmatamento

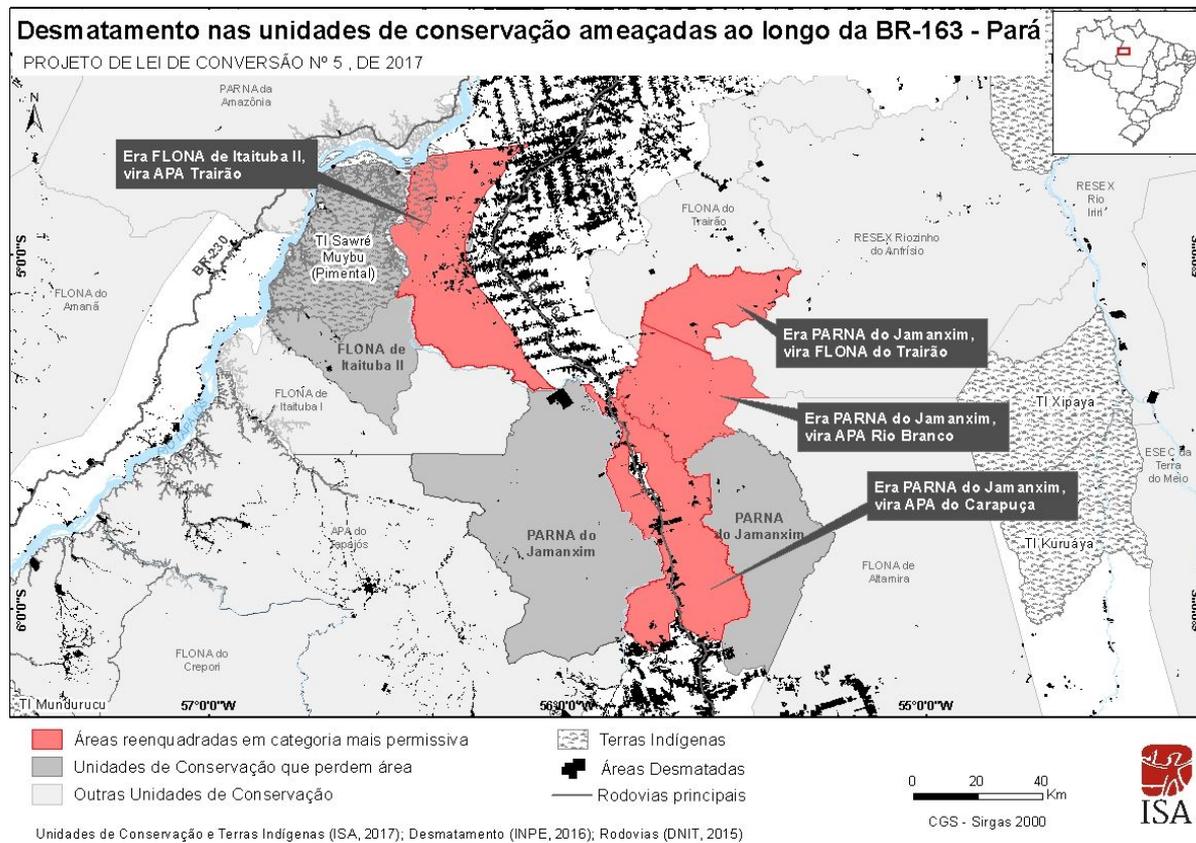


Figura 8 – Desmatamento na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº5 de 2017.

2. MEDIDA PROVISÓRIA 756/2016

O PLV nº4 propõe que a Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo seja recategorizada, de modo que são criadas duas novas UCs: a APA Vale do XV, com 178.386 hectares, e o Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, com 162.306 hectares. No caso da recategorização de Reserva Biológica para Parque Nacional, a área continuaria sendo pública e de Proteção Integral.

2.1 - Floresta Nacional do Jamanxim

Além disso, o PLV nº4 propõe a recategorização de aproximadamente 486 mil hectares da Flona do Jamanxim para a criação da APA do Jamanxim. Dessa forma, a Flona do Jamanxim passaria de aproximadamente 1,3 milhões de hectares para aproximadamente 815 mil hectares.

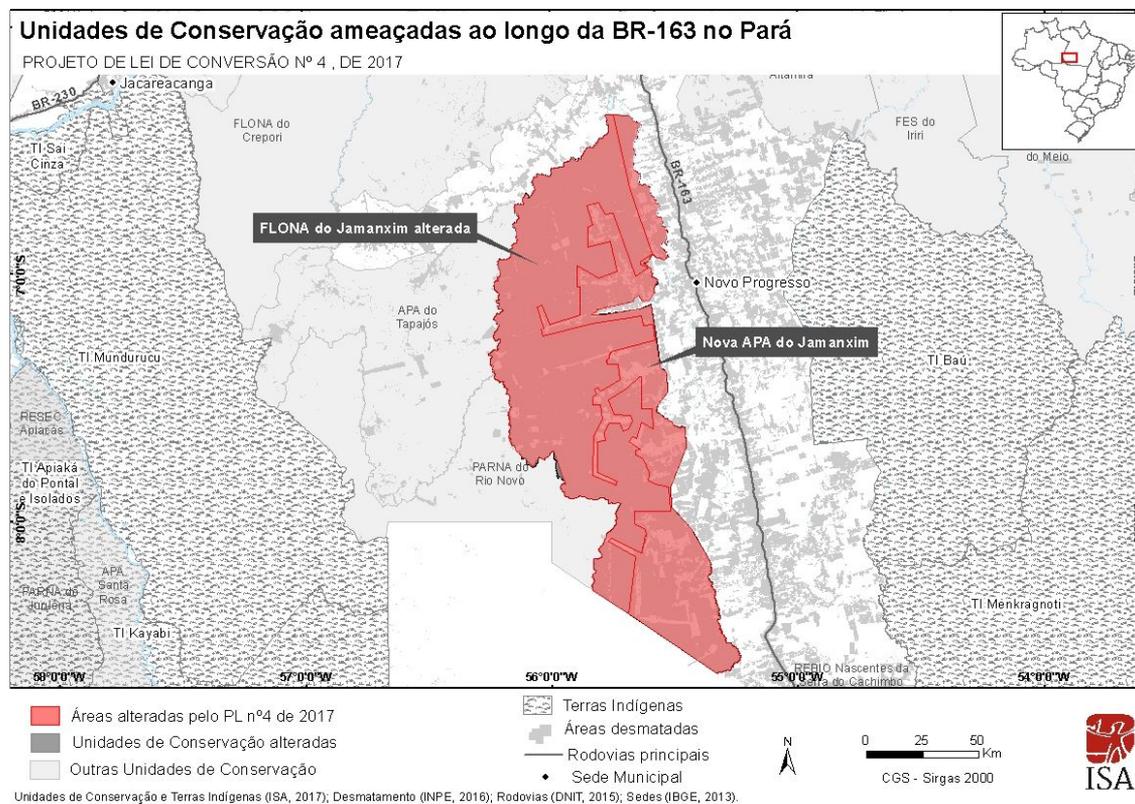


Figura 9 – Alterações propostas no projeto de lei de conversão nº 4 de 2017.

2.1.a - Registros no CAR

A análise dos dados disponíveis dos CARs mostra que existem 338 cadastros nessas UCs com

proposta de alteração, sendo 179 sobre a APA Jamanxim – destes, 110 coincidem também com a Flona Jamanxim. Já nesta, ocorrem ainda 159 registros. A amplitude de tamanho dos registros é muito grande, variando de 63 hectares a cerca de 89 mil hectares, e o tamanho médio da propriedade é de 1.700 hectares (veja figura abaixo).

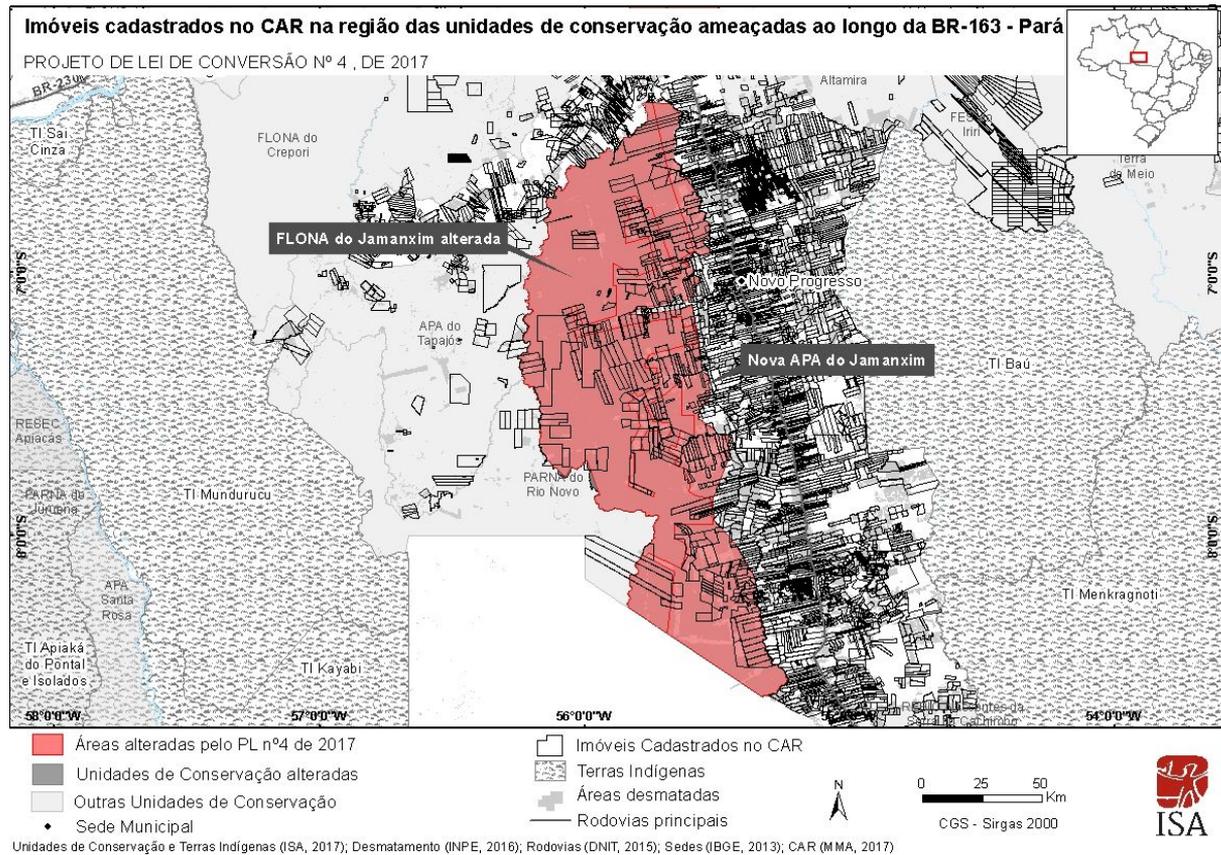


Figura 10 – Registros de CAR nas unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº4 de 2017.

2.1.b - Processos Minerários

Há 355 processos minerários incidentes sobre a APA e a Flona de Jamanxim. Destes, 85 estão apenas sobre a APA e 40 incidem sobre ambas as áreas. Na Flona, há incidência de 270 processos (veja figura abaixo).

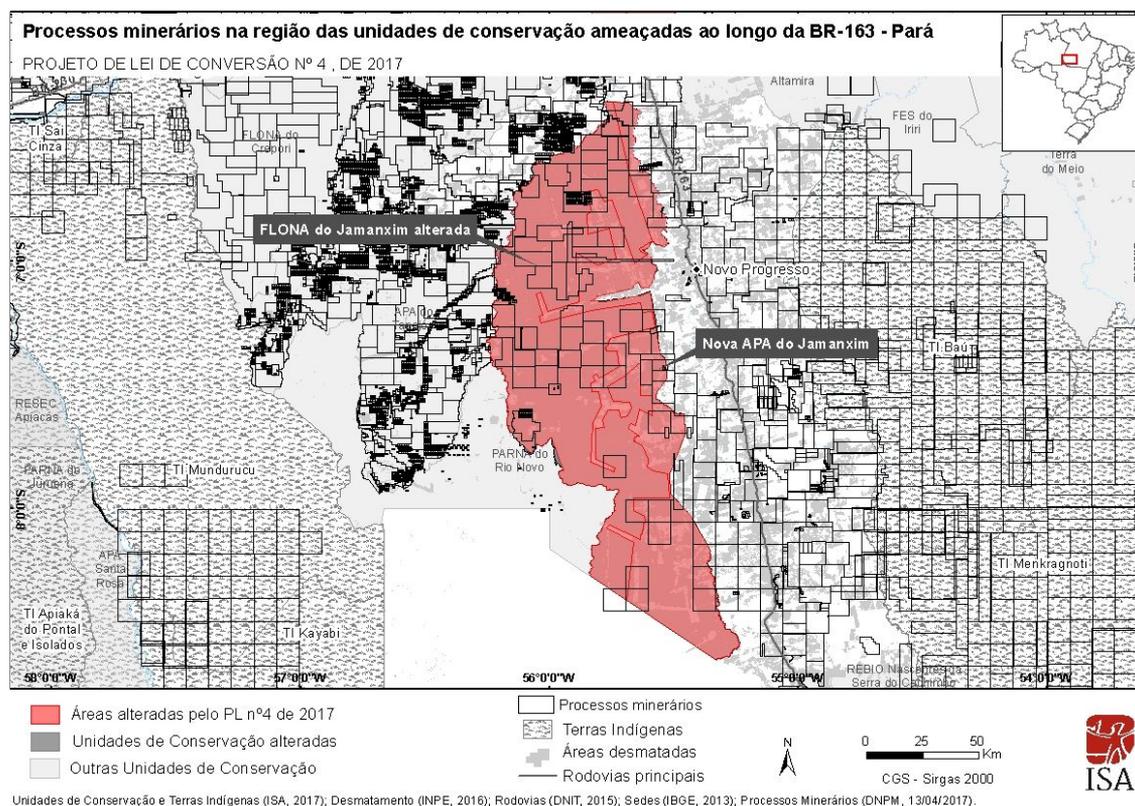


Figura 11 – Processos minerários na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL n°4 de 2017.

2.1.c - Empreendimentos Hidrelétricos

Há na região três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação, todas localizadas ao sul das áreas em questão. O projeto da hidrelétrica Jardim de Ouro, previsto para o Rio Jamaxim, está ao norte das áreas (veja figura abaixo).

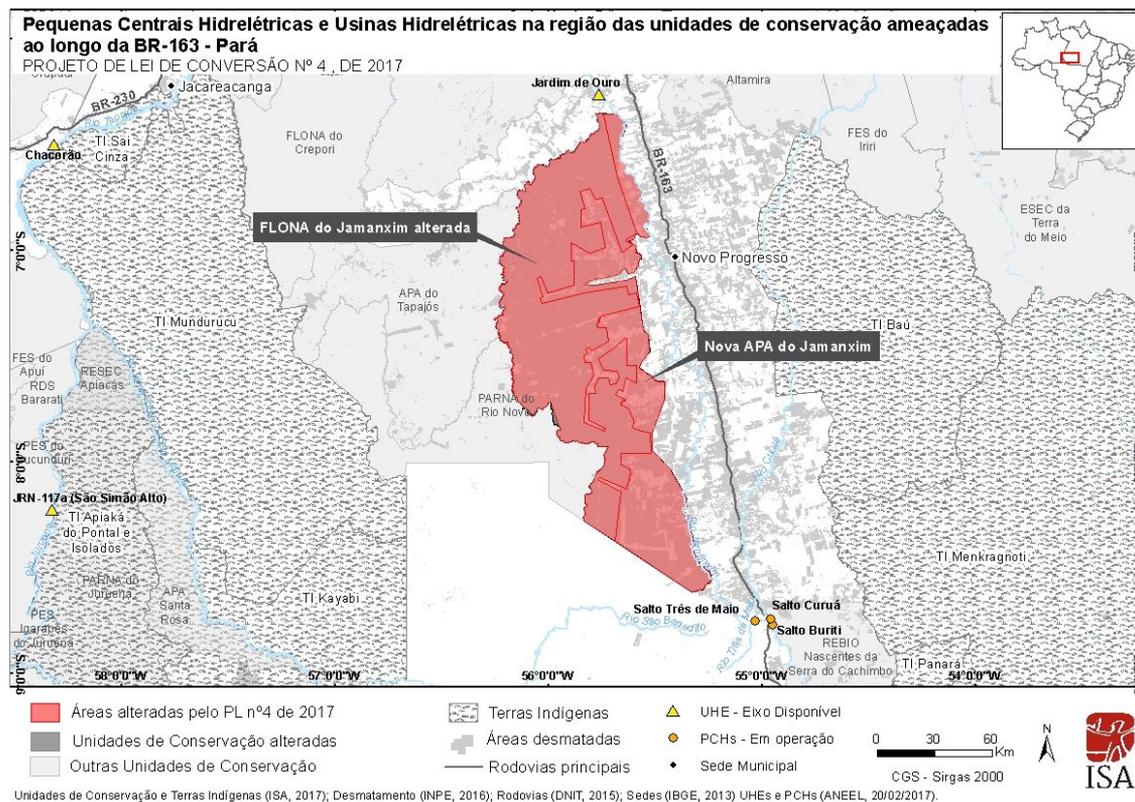


Figura 12 – Empreendimentos na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº4 de 2017.

2.1.d - Desmatamento

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), 68% do desmatamento recente em unidades de conservação na Amazônia ocorreu nesta região, sendo a Floresta Nacional do Jamanxim é responsável por 38% do total (*Nota MMA, 11/04/2017: “Ministério é contrário às alterações na MP Jamanxim*). O local das mudanças, na zona de influência da Rodovia BR-163, é a região de

maior avanço do desmatamento recente em toda a Amazônia brasileira. O município de Novo Progresso, onde está inserida a Flona Jamanxim, está no topo da lista do desmatamento segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Conforme os dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Flona Jamanxim foi a UC federal mais desmatada do país, entre 2012 a 2015, tendo perdido 9,2 mil hectares de floresta em apenas um ano de desmatamento. Esse avanço do desmatamento também está associado ao aumento da especulação e grilagem de terras e à escalada de violência na região, dirigida contra os funcionários dos órgãos públicos que atuam na região.

(<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2272>).

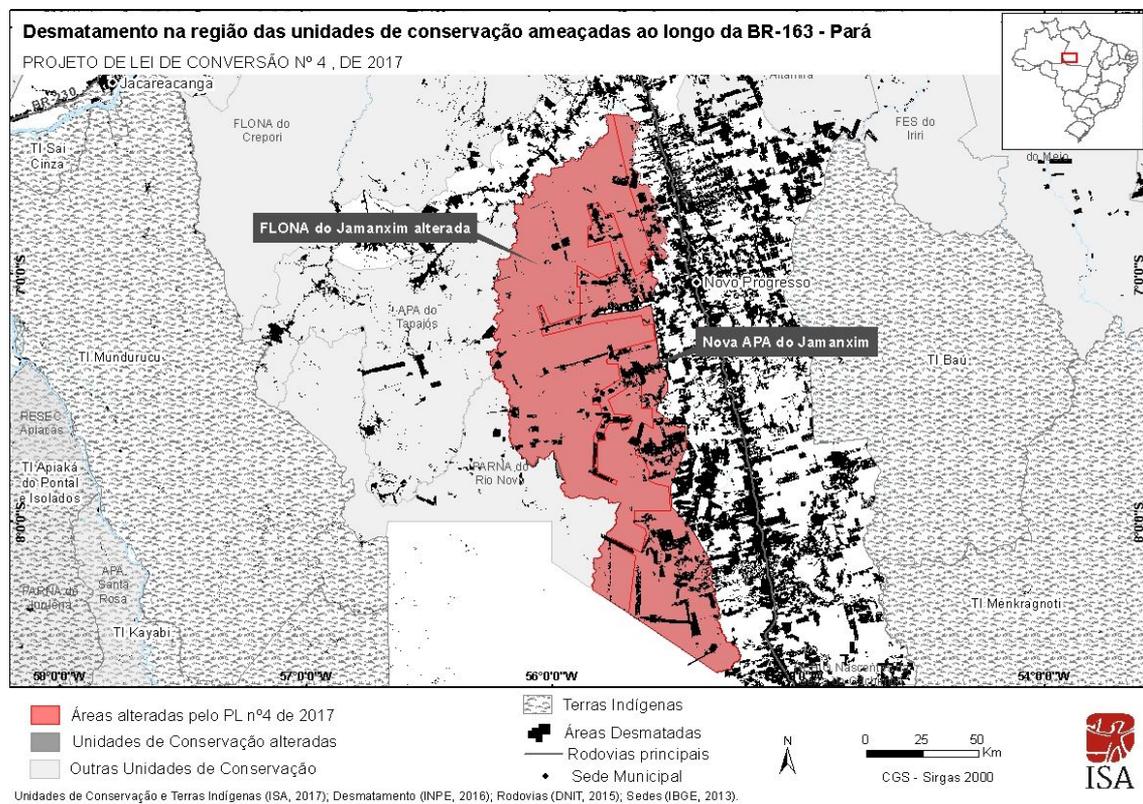


Figura 8

Figura 13 – Desmatamento na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PL de conversão nº5 de 2017.

2.2 - Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo

A Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, que originalmente possuía 342 mil hectares, perdeu 178 mil hectares, que foram recategorizados para a criação da APA Vale do XV. Isso representa uma perda concreta em termos de conservação e de proteção contra o desmatamento. Adicionalmente, o restante da Rebio também foi recategorizado, mas para a

criação de um Parque Nacional, com 162 mil hectares. Esta medida não representa perda significativa de proteção, já que a nova área também é pública e permanece sob o regime de proteção integral.

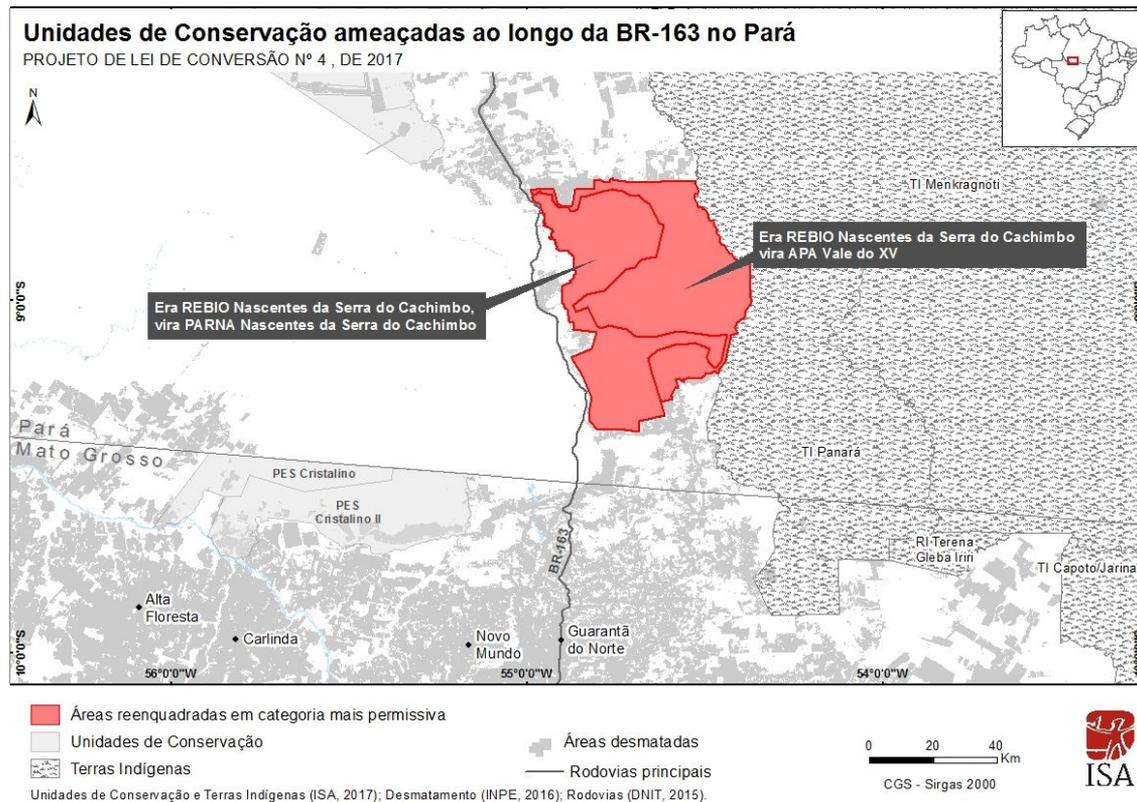


Figura 14 – Alterações propostas no projeto de lei de conversão nº 4 de 2017.

2.2.a - Registros no CAR

A análise dos dados disponíveis no CAR mostra que existem 68 registros nessas UCs com proposta de alteração: 32 registros incidem na APA Vale do XV; dos demais, 36 incidem no Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, sendo que, destes, 19 incidem sobre a APA. A área média desses imóveis é de cerca de 1.350 hectares, sendo que o menor imóvel tem 50 hectares,

e o maior, cerca de 8.646 hectares (veja figura abaixo).

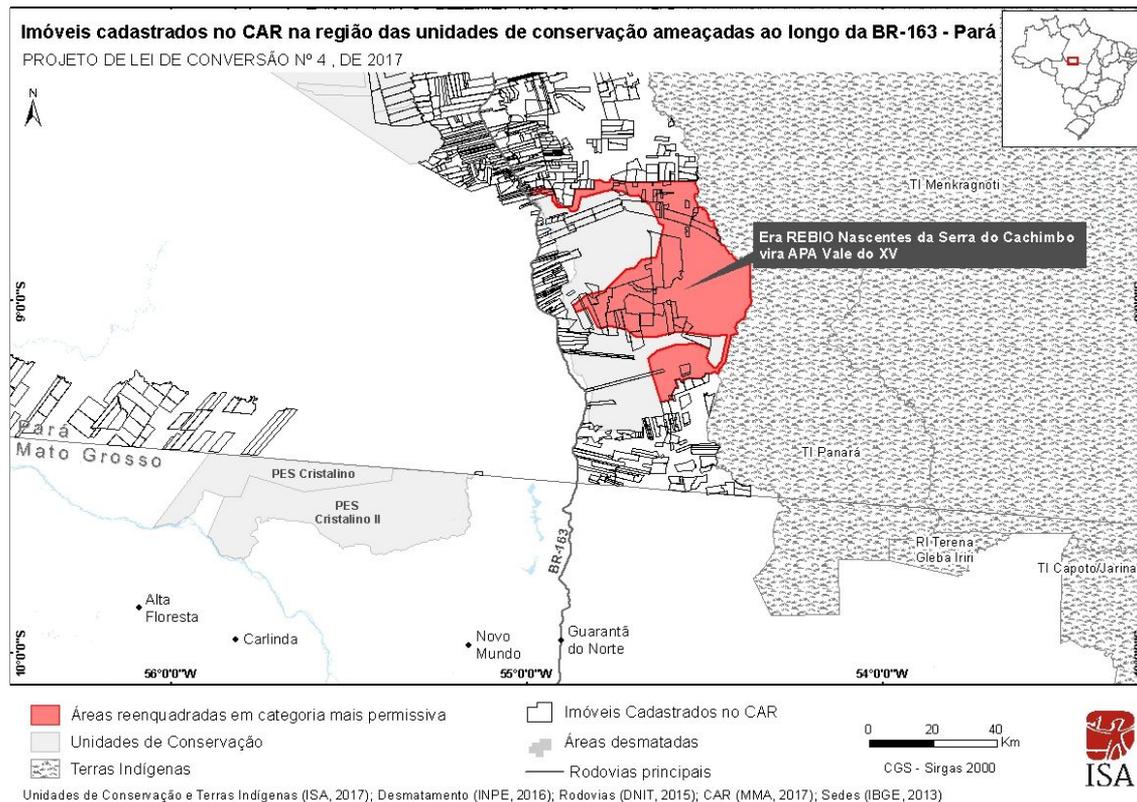


Figura 15 – Registros de CAR na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PLV nº4 de 2017.

2.2.b - Processos Minerários

Incidem também sobre os novos polígonos da APA Vale do XV e do Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, propostos pelo PLV nº4, 17 processos minerários. Todos os processos estão na APA Vale do XV, exceto dois processos da empresa de mineração Vale, que estão, em parte, também no Parna. Todos os requerimentos são de pesquisa de ouro. Os interessados são a

Vale S.A., Mineração Silvana Indústria e Comércio Ltda e Mineração e Comércio Pedreira Ltda (veja figura abaixo).

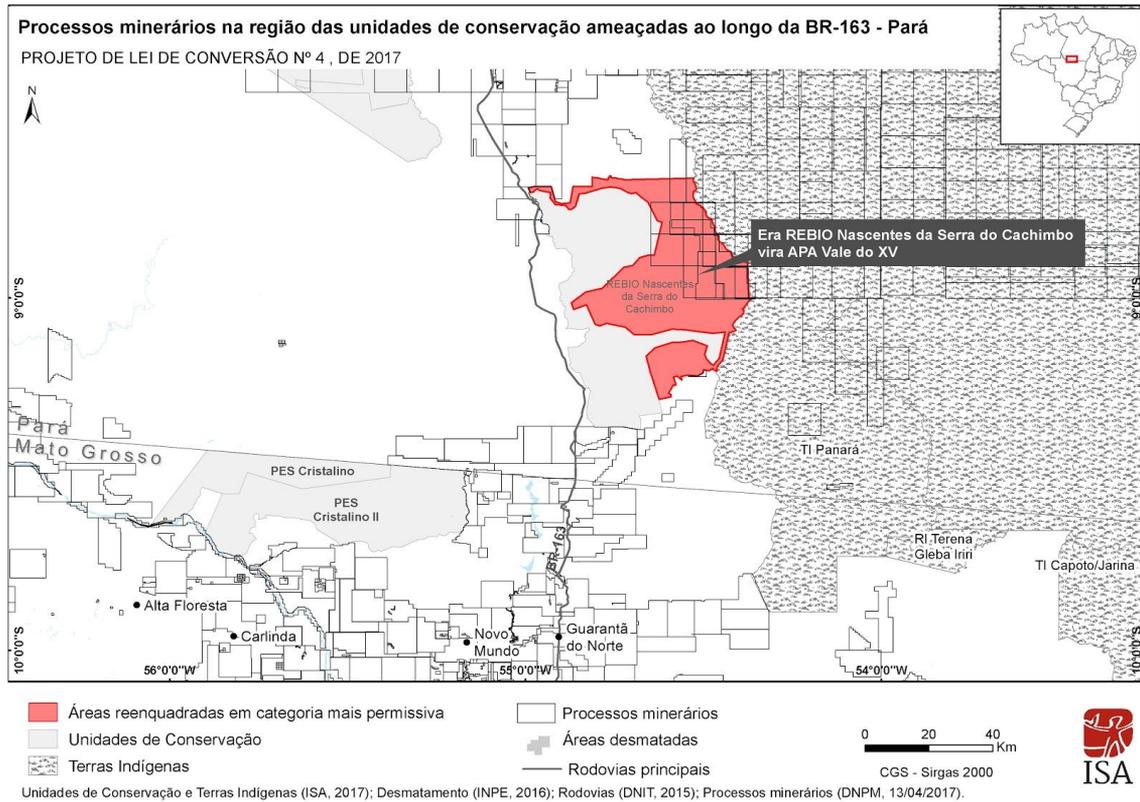


Figura 16 – Processos minerários na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PLv nº4 de 2017.

2.2.c - Empreendimentos Hidrelétricos

O Rio Curuá, no limite oeste de parte do Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, possui duas PCHs em operação: Salto Buriti e Salto Curuá, com potência de 10.000 kW e 30.000 kW, respectivamente (a localização dos empreendimentos está na figura abaixo).

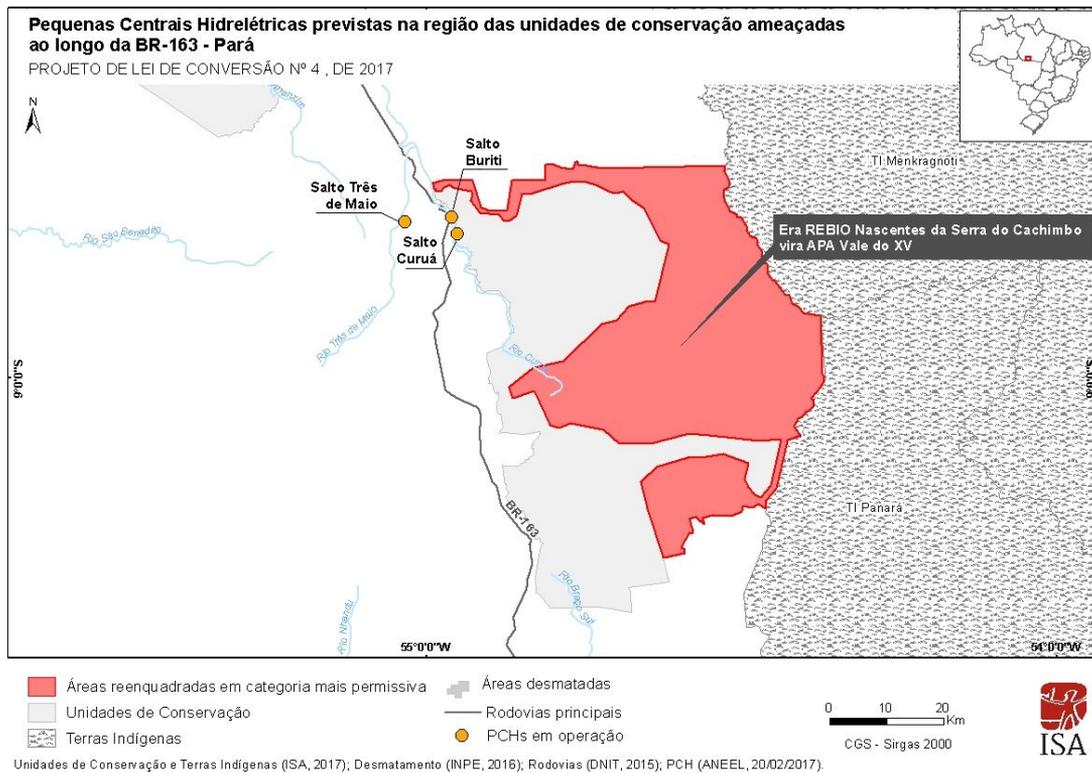
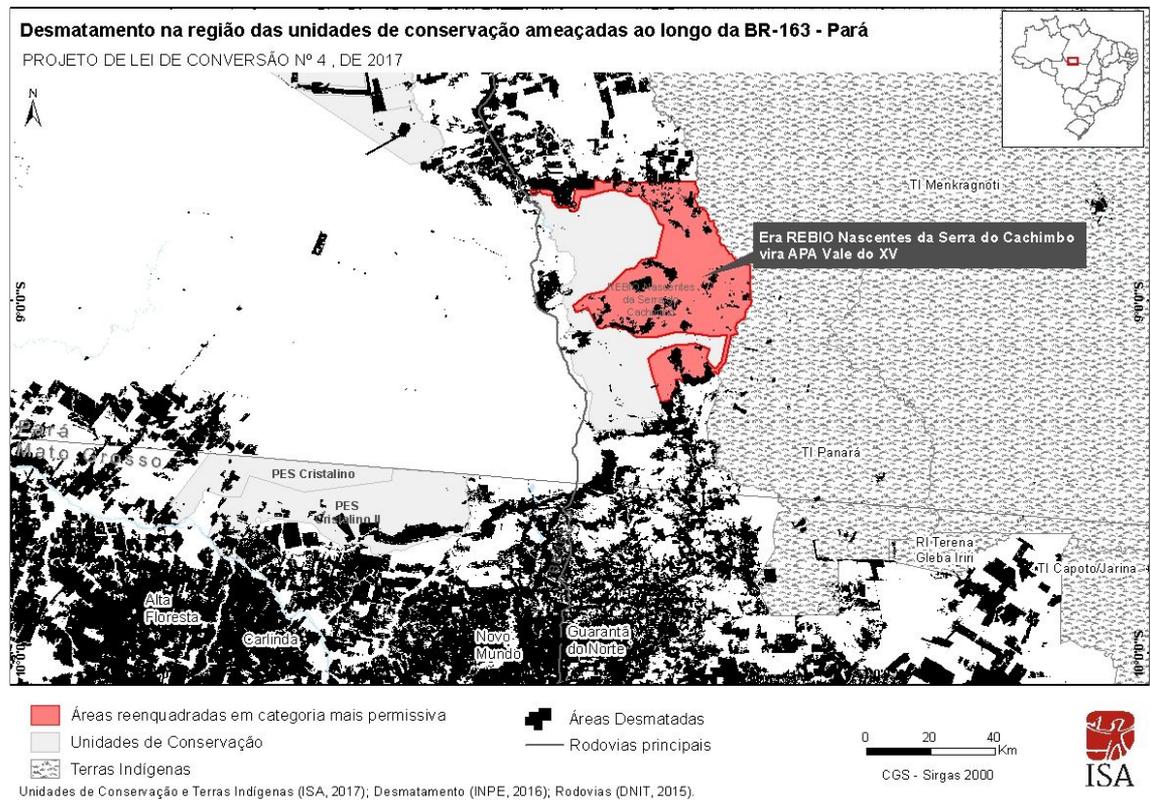


Figura 17 – Empreendimentos hidrelétricos previstos na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PLV nº4 de 2017.

2..2.d - Desmatamento



Figura

Figura 18 - Desmatamento na região das unidades de conservação ameaçadas pelo PLV nº4 de 2017.

Dinâmica de ocupação das áreas sob risco de desproteção

A seguir iremos detalhar as dinâmicas particulares de cada uma das regiões ameaçadas, tentando explicar quais seriam os reais beneficiados pelas mudanças.

APA Jamanxim: legitimação da grilagem de terras

A APA Jamanxim está sendo criada, segundo a justificativa oficial, para regularizar a posse legítima das famílias que já estavam na região antes da criação da Flona do Jamanxim. Entretanto, os estudos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mostram que, para atender esse público, seria suficiente uma área inferior a 90 mil hectares, uma vez que dois terços das ocupações atuais aconteceram após a criação da Flona Jamanxim. Na verdade, a criação da APA Jamanxim, com 486 mil hectares, vai permitir a regularização não apenas das famílias que chegaram antes da criação da Flona, mas também dos desmatadores e grileiros recentes, que chegaram depois de 2006, constituindo-se assim em incentivo e prêmio para o desmatamento ilegal.

A APA do Rio Branco: porta aberta à escravidão do garimpo

Apesar da pressão crescente, essa porção do Parna do Jamanxim conserva quase 100% das suas matas preservadas, o que desaconselha sua desproteção. A porção prevista para se converter na APA Rio Branco delimita a área cobiçada para expansão de garimpos de grande porte, com utilização de maquinário pesado, aumentando exponencialmente os seus impactos (contaminação da água e do solo, assoreamento, erosão, desmatamento), além de empregar grandes contingentes de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

A APA do Trairão: recompensa para madeireiros e grileiros

A região da Flona Itaituba II sujeita à recategorização é explorada ilegalmente por grupos madeireiros fortemente articulados em nível local. Dados do Imazon mostram que, entre 2009 e 2012, foram degradados 5.285 hectares da Flona para extração madeireira. Imagens recentes de satélite permitem determinar que essa depredação aumentou, atingindo áreas remotas da unidade, podendo ter atingido um total de 45 mil hectares, em 2016. Além de alimentar a indústria ilegal de madeira, a porção em disputa é cobiçada por grupos de grileiros locais, por causa da valorização ocorrida no bojo do processo de asfaltamento da BR-163. A área registra também fortes interesses de mineradores, como mostram os 17 processos minerários incidentes (*ver mais acima*), que cobrem mais da metade da sua extensão.



Figura 19: Toras de madeira na Vila Caracol, perto da Flona Itaituba II. Crédito: Daniel Paranyba, março 2017.

A APA Carapuça: fragmentação e grilagem

A redelimitação do Parna Jamanxim, na sua região central, descaracterizaria seu propósito, que é conectar as bacias do Tapajós e do Xingu, permitindo a manutenção do fluxo gênico de espécies animais e vegetais. Esta é a última área da BR-163 que ainda mantém maciços florestais nas duas margens da estrada. A mudança nos limites do parque simplesmente vai impossibilitar essa comunicação, isolando a Bacia do Xingu. Nos cadastros ambientais disponíveis, percebe-se a tendência de concentração fundiária, uma vez que as posses com menos de 4 módulos fiscais representam apenas 2% da área e a média do tamanho das posses é 1.179 hectares, o que corresponde a grandes pretensões fundiárias sem registro legítimo.

A APA Vale do XV: grilagem e conflitos

O tamanho médio dos cadastros indica que, caso seja criada, a APA Vale do XV não beneficiaria um público de colonos ou posseiros, mas de grandes especuladores e pecuaristas, que ocupam e desmatam a área. Outro fator de preocupação é contiguidade da APA com a TI Menkrantoti, do povo Kayapó, cobiçada pelos madeireiros locais pela sua abundância em madeiras de lei e que já enfrenta uma frente de invasão e pilhagem de madeira.